

A emergência da Pedagogia Neoliberal: entremeios na educação Brasileira

Miryan Cruz Debiasi¹ Rafael Rodrigo Mueller²

Resumo

O objetivo deste estudo é analisar a constituição da pedagogia neoliberal orientada por uma racionalidade empresarial que permeia a realidade da educação nacional. O campo analítico se baseou, centralmente, em textos e documentos de organismos internacionais tendo em vista a ausência do debate no país. Os fundamentos teóricos e metodológicos se ancoram em bases marxistas, com ênfase para a compreensão histórico-dialética do liberalismo e do neoliberalismo; dos limites históricos de proposições sobre teorias pedagógicas e as finalidades educativas das demandas atuais do capitalismo; assim como em aspectos emergentes das novas demandas da racionalidade empresarial na formação escolar. Os achados do estudo apontam que, em âmbito internacional, o debate se apresenta bastante consolidado, mas ainda é incipiente sobre a emergência, no cenário brasileiro, de uma pedagogia que se propõe a formar o sujeito-empresendedor de si, responsável por sua própria performance em que o individualismo é a tônica evidenciada no cenário atual do neoliberalismo. Tal hiato dificulta e reflete, em certa medida, a secundarização de reflexões dessa natureza no campo crítico da educação.

Palabras-chave: Neoliberalismo, Educação, Pedagogia neoliberal, Organismos Internacionais, Empreendedorismo.

The emergence of Neoliberal Pedagogy: intertwines in Brazilian education

Abstract

The objective of this study is to analyze the constitution of neoliberal pedagogy from an international perspective, guided by a business rationality that permeates the reality of national education. The analytical field was based, centrally, on texts and documents from international organizations, given the absence of debate in the country. The theoretical and methodological foundations are anchored in Marxist bases, with an emphasis on the historical-dialectic understanding of liberalism and neoliberalism; the historical limits of propositions about pedagogical theories and the educational purposes of the current demands of capitalism; as well as emerging aspects of the new demands of business rationality in school education. The findings of the study indicate that, at an international level, the debate is quite consolidated, but the debate about the emergence, in the Brazilian scenario, of a pedagogy that proposes to form the self-entrepreneurial subject, responsible for his or her own development, is still incipient. self-performance in which individualism is the keynote evidenced in the current scenario of neoliberalism. This gap makes it difficult and reflects, to a certain extent, the secondaryization of reflections of this nature in the critical field of education.

Keywords: Neoliberalism, Education, Neoliberal pedagogy, International Organizations, Entrepreneurship.

¹ Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE, Orleans, Santa Catarina, Brasil. E-mail: miryandebiasi@gmail.com

² Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma, Santa Catarina, Brasil. E-mail: rrmueller@ymail.com

El surgimiento de la Pedagogía Neoliberal: se entrelaza en la educación Brasileña

Resumen

El objetivo de este estudio es analizar la constitución de la pedagogía neoliberal desde una perspectiva internacional, guiada por una racionalidad empresarial que permea la realidad de la educación nacional. El campo analítico se basó, centralmente, en textos y documentos de organismos internacionales, dada la ausencia de debate en el país. Los fundamentos teóricos y metodológicos están anclados en bases marxistas, con énfasis en la comprensión histórico-dialéctica del liberalismo y neoliberalismo; los límites históricos de las proposiciones sobre las teorías pedagógicas y los propósitos educativos de las demandas actuales del capitalismo; así como aspectos emergentes de las nuevas demandas de racionalidad empresarial en la educación escolar. Los hallazgos del estudio indican que, a nivel internacional, el debate está bastante consolidado, pero el debate sobre el surgimiento, en el escenario brasileño, de una pedagogía que propone formar al sujeto autoempresendedor, responsable de sí mismo. El desarrollo, es aún incipiente, una autoactuación en la que el individualismo es la tónica que se evidencia en el escenario actual del neoliberalismo. Este vacío lo dificulta y refleja, en cierta medida, la secundariaización de reflexiones de esta naturaleza en el campo crítico de la educación.

Palabras clave: Neoliberalismo, Educación, Pedagogía neoliberal, Organizaciones Internacionales, Emprendimiento.

INTRODUÇÃO

A formação escolar projetada para crianças e jovens no Brasil, desde o final da década de 1990, se estrutura a partir do binômio educação – trabalho em uma relação cada vez mais estreita e pragmática. Conforme Fontes (2017, p. 53, grifos do autor), os Estados vêm reduzindo sua intervenção no modo de produzir a forma de trabalho “[...] **empregada**, ampliando a contenção da massa crescente de trabalhadores desempregados, preparando-os para a subordinação **direta** ao capital”. Mas, se os empregos se tornam escassos, os trabalhadores precisam se submeter a novas formas de sobrevivência e venda da sua força de trabalho. Essa massa crescente de trabalhadores sem emprego também se metamorfoseia em torno de uma ilusão: alguns passam a rejeitar o emprego formal no falseamento de suposta liberdade e privilégios fantasiados de pequenos empresários. O apelo é para que “[...] assumam o ponto de vista do capital, pretendendo-se **empreendedores de si próprios** [...] apoiar resolutamente o empresariado no disciplinamento de uma força de trabalho para o qual o desemprego tornou-se condição normal [...]” (Fontes, 2017, p. 49, grifo nosso). Nesse sentido, a instituição escolar é constantemente cobrada para atender aos anseios de diferentes modos de compreender e explicar a sociedade em dado momento histórico.

Segundo relatório sobre o desenvolvimento mundial publicado pelo Banco Mundial em 2019, intitulado de ‘A natureza mutável do trabalho’, os avanços da tecnologia preocupam as pessoas que vivem em países com avançada economia. Esse cenário é “[...] agravado pelo advento da **economia de trabalho flexível** (na qual as organizações contratam pessoas autônomas por períodos curtos), está incentivando um nivelamento por baixo nas condições de trabalho” (Banco Mundial, 2019, p. 2, grifo nosso). Nessa direção, a redução da força de trabalho nos países mais avançados também é indicada pelo relatório ‘Criação de empregos e desenvolvimento econômico local 2018: preparando para o futuro do trabalho’, da Organização para cooperação e Desenvolvimento Econô-

mico (OCDE). Em se tratando de um país continental como o Brasil, essa relação posto de trabalho e regiões metropolitanas, apontada pelo relatório da OCDE se agrega a inúmeras outras demandas que amplificam os desafios históricos a serem enfrentados no país e que acometem enormemente os trabalhadores.

Isto posto, entendemos que as demandas que têm por pressuposto a precarização do contrato de trabalho, sobretudo, amparado em direitos historicamente conquistados, tem se tornado objeto de constantes investidas do capital no contexto do neoliberalismo atual. Nosso entendimento converge para a hipótese defendida por Dardot e Laval (2016, p. 321), ao afirmarem que a sociedade atual se constitui aos moldes de uma empresa, e que, portanto, “[...] não é mais aquela do sujeito produtivo das sociedades industriais”. Para os autores, vivemos em uma sociedade capitalista, mas, em uma configuração singular: a sociedade neoliberal em que, “[...] a concorrência e o modelo empresarial constituem um modo geral de governo, muito além da ‘esfera econômica’ [...] A exigência de ‘competitividade’ tornou-se um princípio político geral que comanda as reformas em todos os domínios” (Dardot; Laval, 2016, p. 26). Uma mudança que atinge toda a sociedade, uma sociedade de ‘pessoas jurídicas’, se considerarmos que, a lógica empresarial demanda que as pessoas, individualmente, se governem tal como empresas.

Nestes termos, o modelo empresarial de sociedade, diferentemente de períodos anteriores, se projeta para que, individualmente, os sujeitos disputem entre si situações dadas desde a formação escolar. Nesse sentido, a competição é a tônica formativa que apela para–no estrangulamento de um projeto de formação educacional –, sentidos que se escondem em conceitos que são o fio condutor da educação atual: projetos de vida, competências e habilidades, metodologias ativas, competências socioemocionais e empreendedorismo etc., todos subsumidos a uma ideia romantizada de educação galgada no *slogan* do protagonismo estudantil. Portanto, o objetivo do estudo é analisar a constituição da pedagogia neoliberal em perspectiva internacional orientada por uma racionalidade empresarial e que permeia a realidade da educação nacional. Para tanto, adotamos como base metodológica a pesquisa teórica que, a partir de uma revisão e confrontação conceitual, mostrou-se uma necessidade revelada pelo objeto em questão – pedagogia neoliberal – em sua totalidade e atualidade, com vistas a discutir conceitualmente novas categorias analíticas no campo da educação como, dentre outras, a noção de sujeito empreendedor de si.

É mister esclarecer que ao elucidarmos uma nova categoria analítica para o campo educacional, não pretendemos esgotar nem encerrar o debate, mas introduzir novos elementos que ajudem a compreender este movimento pedagógico em constituição. Portanto, delimitamos como escolhas metodológicas textos internacionais que abordassem o termo pedagogia neoliberal e documentos de Organismos Internacionais (OI), quais sejam: Banco Mundial, OCDE e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Assim, nosso interesse era localizar produções com discussões teóricas que apontassem para uma tendência empresarial no campo da educação, e, indicativos dessa tendência nas orientações emanadas dos principais mecanismos

reguladores internacionais que projetam demandas para o campo da educação e que atingem também a educação brasileira.

A consulta aos documentos do Banco Mundial, OCDE e Unesco se justifica tendo em vista que são esses documentos que indicam em nível mundial algumas tendências esperadas da educação escolar. Os documentos selecionados foram: ‘Competências e emprego: uma agenda para a juventude. Síntese de constatações, conclusões e recomendações políticas’ (Banco Mundial, 2018); ‘A natureza mutável do trabalho (Banco Mundial, 2019); Criação de empregos e desenvolvimento económico local 2018: Preparando para o futuro do trabalho’ (OCDE, 2018); ‘Relatório da Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação 2022: Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação’ (UNESCO, 2022); ‘Relatório de Monitoramento Global da Educação 2023 (resumo): A tecnologia na educação: uma ferramenta a serviço de quem?’ (UNESCO, 2023).

Elucidar a reconfiguração de investidas do capital para a formação escolar impõe outras lógicas e modos de organização da atividade pedagógica que atingem, em contexto mais recente, o ambiente escolar, mas sobretudo a atividade pedagógica docente. Se inicialmente foi necessária toda uma produção de consentimentos institucionais via recondução do Estado no atendimento das políticas públicas educacionais alinhadas as demandas dos OI, atingindo tal consenso, o segundo passo concentra-se na atuação dos atores educacionais na formação das novas gerações. É justamente nessa reconversão da função da escola, no papel do professor e do que se espera da formação das crianças e jovens que, em nosso entender, ainda carecem mediações e sistematizações as quais nos propomos a trazer algumas contribuições.

AS NOVAS DEMANDAS PARA A EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI E A PEDAGOGIA NEOLIBERAL

Nossa contribuição ao debate é prospectar outra compreensão do fenômeno educacional a partir do neoliberalismo pautado em um quadro normativo centrado na lógica de mercado generalizada, como mencionam Dardot e Laval (2016, p. 34) que compreende “desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade”. Essa sessão se propõe a discutir e problematizar nossa compreensão sobre a pedagogia neoliberal e suas diferentes manifestações oriundas de estudos e documentos internacionais, mas que também nos auxiliam a compreender a sistematização dessa concepção pedagógica no cenário brasileiro. Essa prerrogativa torna-se fundamental na medida em que, é fato a influência de uma educação global na formação das políticas educacionais brasileiras nas últimas décadas. Conforme relatório da Unesco (2022), há uma preocupação central com a educação na medida em que ela deva ser compreendida como um bem comum em um mundo interconectado. Nesse cenário, o resumo executivo do documento indica a necessidade de uma educação atenta para as questões sociais, e ambientais, inclusão e solidariedade global. Isso requer que uma “[...] pedagogia deve ser organizada com base nos princípios da cooperação, colaboração e solidariedade. Ela deve promover as capacidades intelectuais, sociais e morais dos estudantes para que trabalhem

juntos e transformem o mundo com empatia e compaixão” (UNESCO, 2022, p. xiv). Embora o texto traga uma ideia romantizada dos fins da educação e busque apresentar uma face humanizadora de uma nova pedagogia tendo em vista a formação das novas gerações, ao longo do relatório fica evidente que é necessária uma formação escolar que seja capaz de produzir conformação e consenso quando se trata do cenário incerto do mundo do trabalho, mas que ao mesmo tempo exige por parte dos trabalhadores a adequação de suas subjetividades a um clima de cooperação e harmonia. Em certa medida, podemos considerar que é possível que esse apelo seja a grande aporia educacional expressa pela pedagogia neoliberal, qual seja, produzir cooperação e harmonia em meio à crise perpétua do capital.

O segundo capítulo do documento da Unesco trata de rupturas e transformações que se projetam para o mundo global. Ao mesmo tempo que enfatiza certa preocupação com questões climáticas, excedentes de produção e exclusão digital, apresenta a tônica de uma preocupação global, mas que recai para o individual e, sobretudo, para uma lógica empresarial. Essa visão empresarial é destacada por Freitas (2018, p. 31), ao mencionar que na sociedade neoliberal as relações humanas são pautadas em um modelo imprescindível, “[...] o ‘empreendimento’ que expressa o ‘empreendedorismo’ dos seres humanos, constituindo a fonte de liberdade pessoal e social e cuja organização mais desenvolvida é a ‘empresa’”. O relatório da Unesco também indica que o foco em qualificação já não é mais suficiente, uma vez que ela traduz o que uma pessoa é capaz de desempenhar, mas: “À medida que as mudanças de carreira e emprego se tornam mais comuns e fluídas, são necessárias mais pesquisas sobre como podemos permitir que as pessoas mudem de uma profissão para outra” (UNESCO, 2022, p. 420). É perceptível o discurso de mudança permanente e constante instabilidade relacionada ao emprego. Essas orientações da Unesco são a tônica a ser evidenciada na educação em nível mundial e que é emanada por diversos OIs.

Acreditamos que mais do que a lógica da educação institucionalizada em sua totalidade está inserida nesse novo cenário imposto pelo capitalismo, como já se observam indícios e evidências em segundo plano: a recondução do trabalho pedagógico tendo em vista a formação de um novo trabalhador. Evidenciamos que está posto à pedagogia neoliberal, a constituição de outros sujeitos, com outra racionalidade para além da necessidade de ser ‘empregável’ para tentar se inserir em um sistema de produção com múltiplas exigências. Esta questão também se apresenta como uma aporia irresolúvel para a educação na sociedade neoliberal: se, a maioria dos empregos disponíveis independem de um conjunto de exigências prévias, sobretudo, tendo em vista o desenvolvimento tecnológico, qual a finalidade da formação escolar se não munir os trabalhadores de subjetividades remodeladas e adestradas para que possam tomar para si, e unicamente para si, a responsabilidade de estarem aptos para vender suas forças de trabalho e produzir sua subsistência? Nesse sentido, percebemos que a demanda formativa atual precisa dar conta da formação de uma subjetividade diferente, preparada para um cenário ainda mais incerto em termos de empregabilidade, com menos direitos sociais e que exigem do novo trabalhador uma capacidade de gestar sua própria condição de existência, de sujeito e, recentemente, de estudante.

Essa tendência na educação vem sendo evidenciada em estudos internacionais por autores como Olssen (2006), McCafferty (2010) e Macrine (2019). McCafferty (2010) explicita um cenário em que há mais compromisso de incluir diretamente as empresas na modernização das escolas, tendo em vista a assimilação de práticas retóricas de educação empreendedora e que tal situação ainda é pouco pesquisada. Assim como o movimento ocorrido e denunciado no Brasil por Fontes (2017), a autora indica que no Reino Unido também aconteceu a abertura de serviços essenciais para o setor privado. A investida neoliberal na educação nesse contexto é mais avançada nas escolas estaduais e, conforme a autora: “Aqui, o projeto de envolvimento empresarial é claramente demonstrado em um nível prático (como visto nos desenvolvimentos políticos)” (McCafferty, 2010, p. 542, tradução nossa). Isso sugere que, no contexto do Reino Unido, há explicitamente um cenário em que, para além da compreensão do fenômeno neoliberal na educação, também já está evidenciado essa lógica no âmbito do trabalho escolar, constituindo-se como uma pedagogia neoliberal.

O envolvimento empresarial na educação implica na organização curricular tendo em vista os imperativos do mercado, em que uma educação empreendedora esteja centrada nos ideais de competitividade e flexibilidade. Assim, essa abertura para uma formação empresarial na escola compõe um elemento central na reorganização de uma pedagogia neoliberal. Embora a questão formação e trabalho seja plenamente desenvolvida no século XX, a relação educação-emprego no século XXI se transmuta para uma relação entre educação e negócios, camuflada em parceria. Concordamos com a compreensão da autora sobretudo no que se refere a inserção desenfreada dos valores, normas e condutas a uma visão empresarial no âmbito escolar, fato este que, embora desde sua concepção tenha intrínseca relação, havia certos limites institucionais que eram intransponíveis.

Assim, o que se observa na atualidade e é apresentado também pela autora é justamente essa simbiose que não encontrou qualquer resistência no bojo da escola. Essa falta de resistência que permeia todo o tecido social também é denunciada por Boltanski e Chiapello (2009, p. 194) ao analisar o novo espírito do capitalismo, em que “[...] *a priori* é dificilmente concebível que uma mudança tão importante de normatividade não tenha provocado nenhuma luta, nenhuma crítica, nenhuma reação de grande amplitude”. Por exemplo, a precarização do emprego e a dualidade ainda existente de dois níveis de trabalho: assalariados com mão de obra qualificada e relativamente estáveis e ao mesmo tempo, uma mão de obra pouco qualificada, com más condições de trabalho, mal paga e sem proteção trabalhista se apresenta nos entremeios, geralmente, em trabalhos na forma de prestação de serviços, configuração que tem permitido diversas formatações de trabalho instáveis.

Um dos principais pontos desse novo espírito do capitalismo apontado pelos autores e que tem implicação direta na nossa compreensão de uma pedagogia neoliberal diz respeito às mudanças impostas na sociedade, de modo geral, mas para além disso, na constituição de novos trabalhadores, o que reflete na formação das novas gerações. Segundo Boltanski e Chiapello, (2009, p. 278, grifos dos autores), no mundo do trabalho, o que tem se cristalizado é a “[...] a tendência à **individualização das situações de trabalho** [...] especialmente **das remunerações**, [que] possibilitou maior

domínio sobre cada assalariado tomado individualmente, conseguindo-se assim exercer pressão muito mais eficaz sobre eles”.

Para McCafferty (2010, p. 544, tradução nossa), essas mudanças no currículo de todo o Reino Unido e que consideramos muito semelhante ao modo como se desenvolveu no Brasil, onde ocorreram uma série de reformas educacionais. Essas reformas impõe “[...] um conjunto uniforme de disciplinas obrigatórias, estrutura de exames e padrões nas escolas na Inglaterra e no País de Gales, o que ajudou a introduzir a mercantilização e a mudança cliente-consumidor [...]”, com grande preocupação com o desenvolvimento de atitudes de autoconfiança e, nesse sentido, o espírito empreendedor “[...] representa o surgimento de processos para reorientar o *ethos* das escolas para o empreendedorismo, valores que estão cada vez mais impregnados para além do currículo”. Essas demandas reverberam posteriormente em diversos ambientes sociais e na educação essa projeção começou a delinear-se sobretudo a partir do século XXI.

Conforme McCafferty (2010), a relação entre empresas e educação evidenciada, torna-se modelo de educação inovadora para uma nova sociedade, sobretudo a partir dos anos 2000. A tônica é desenvolver os valores da empresa e do espírito empreendedor: “Desta vez, trata-se de uma mudança cultural de longo prazo que se estende além da criação de “alunos empreendedores e uma “força de trabalho empreendedora” para a criação, em última análise, de uma sociedade de cidadãos empreendedores globais” (McCafferty, 2010, p. 546, tradução nossa). Citado pela autora, o documento de recomendações do Conselho Nacional de Excelência Educacional (2008) destaca, explicitamente, a necessidade da relação entre educação e o papel das empresas no contexto escolar e o desenvolvimento de competências empreendedoras. Conforme o documento, havia a necessidade, até a primeira década do século XXI, de escolas tanto em nível fundamental como médio e de faculdades “[...] ter uma relação efetiva com as empresas [...] [onde] atividades empresariais [devem] ser incorporadas em todo o currículo e toda a cultura escolar[...]” (McCafferty, 2010, p. 548, tradução nossa).

Assim, identificou-se mecanismos de retórica para a formação de consensos na medida em que essa aceitação dos “[...] principais valores neoliberais da ‘competividade’ e da ‘flexibilidade’ ajudaram a moldar os alunos na vida pós-escolar [...]” (McCafferty, 2010, p. 551, tradução nossa). Portanto, a parceria da escola com a empresa geralmente está centrada na persuasão dos jovens em compreenderem o mundo pelas necessidades dos empregadores, resultando na consciência de que se for bom para os empregadores, é bom para eles também. Nesse caso, a necessidade para a chamada educação empreendedora diz respeito a flexibilidade necessária para que os alunos compreendam a realidade do mundo do trabalho no contexto neoliberal e possam ser capazes de gerenciar suas carreiras, serem dinâmicos e assumir riscos (McCafferty, 2010).

Essa percepção da autora é traduzida também no Relatório da *Confederation of British Industry* (CBI)³ (2019, p. 7, tradução nossa). O documento indica um estudo publicado em relatório no

³ Segundo o site eletrônico da confederação, a CBI é a principal organização empresarial do Reino Unido, representando cerca de 190.000 empresas que empregam cerca de um terço da força de trabalho do setor privado de todo Reino Unido.

ano anterior da própria confederação com os dados: “O relatório anual CBI 2018 *Education and Skills, Educating for the Modern World*, que representa 28.000 empregadores, descobriu que 44% consideravam que os jovens que saíam da escola, faculdade ou universidade não estavam prontos para o trabalho”. Dentre uma série de recomendações, o relatório destaca a necessidade de os governos apoiarem e incentivarem o setor educacional a compartilharem estruturas e abordagens com as empresas, tendo em vista o apoio das empresas para além de conselhos de carreira, por exemplo. Além disso, há a necessidade de repensar as qualificações tendo em vista que: “Empregadores, líderes escolares e governo devem trabalhar juntos para definir uma visão de como é o sucesso e a realização de nosso sistema educacional” (CBI, 2019, p. 44, tradução nossa). Esse indicativo pode ser traduzido também no mantra “aprendizado ao longo da vida” que juntamente com outras demandas como a flexibilidade, tem se tornado um consenso entre educadores, família e toda a sociedade de modo geral. Segundo Olssen (2006, p. 223, tradução nossa): “[...] a aprendizagem ao longo da vida é um discurso de mercado que orienta a educação para a sociedade empresarial onde o aluno se torna um empreendedor de si mesmo [...]”.

Ainda que a aprendizagem ao longo da vida seja um dos conceitos-chave para outro modo de formação, do ponto de vista do neoliberalismo, há uma configuração que apela para as responsabilidades individuais, como aponta Olssen (2006, p. 224, tradução nossa): “Enquanto a aprendizagem ao longo da vida implica um aprendiz ativo em oposição a um aprendiz passivo, quando visto em relação às agendas neoliberais, implica uma mudança no controle da autoridade para a educação do coletivo para o individual [...]”. Nestes termos, na formação escolar da sociedade neoliberal “[...] o aluno torna-se o **empreendedor de seu próprio desenvolvimento**” (Olssen, 2006, p. 225, tradução nossa, grifos nossos). Um dos pontos-chaves para a pedagogia neoliberal adentrar no contexto escolar diz respeito, como dito, aos modos de organização da gestão escolar que tem como referência as tecnologias gerenciais. Conforme Mueller (2010, p. 26, grifos nossos), as tecnologias gerenciais dizem respeito a técnicas e métodos de controle do processo de trabalho “[...] **atuando em nível objetivo (comportamental) e subjetivo (ideológico)**, da força de trabalho no intuito de intensificar e reduzir o tempo de trabalho necessário para o ciclo de rotação do capital imprescindível para a perpetuação do processo de valorização do valor”.

Ainda que, no nível da gestão escolar, compreendemos que as demandas são impostas via políticas públicas e que atrelam, em muitas questões, o repasse de verbas para as escolas, é justamente quando a pedagogia neoliberal adentra em sala de aula sem resistência, ou, para além disso, é vista como um propósito a ser seguido, indicando que a ideologia neoliberal chegou a um patamar que ainda não havia conquistado. Este é o caso, por exemplo do relatório ‘O que as escolas querem do envolvimento com as empresas?’, produzido por Rothman (2019) para o *Australian Council for Educational Research* (ACER)⁵. O documento traz o resultado de uma pesquisa feita com

⁴ No original: *What do schools want from engagement with business?* (Rothman, 2019).

⁵ Conforme documento, o relatório produzido pela ACER foi encomendado pela *Australian Business and Community Network* (ABCN), organização sem fins lucrativos que reúne empresas e escolas em áreas com baixo índice socioeconômico naquele país. A ABCN foi criada em 2005 e atendeu mais de 40 mil alunos. Atualmente, a ONG é uma rede com as 42 principais empresas australianas que trabalham juntas com 200 escolas naquele país.

professores para entender qual a expectativa deles em relação ao envolvimento das escolas com empresas. Dentre os principais achados da pesquisa, o documento destaca que: a) Mais de 90% das escolas estão envolvidas com negócios de alguma forma (sobretudo experiências de trabalho, estágios vocacionais e outros; b) os professores consideram que as empresas têm um papel importante a desempenhar na formação dos estudantes australianos; c) estes também consideram importante o envolvimento das empresas na medida em que esse envolvimento possibilita aos alunos mais compreensão sobre as mudanças do mundo do trabalho; d) quanto mais envolvimento das escolas com a empresas, mais foco há no desenvolvimento das habilidades socioemocionais. Obviamente, o estudo conclui que a forma mais preponderante do relacionamento escola-empresas é por meio de programas e atividades ligadas a experiências de trabalho, tais como oficinas para o desenvolvimento de habilidades; *cases* de empresas que se vinculam ao currículo; visitas aos ambientes de trabalho; *coaching* empresarial/competitivo; tutoria aos alunos; orientações vocacionais; palestras de carreira e; desenvolvimento de professores (Rothman, 2019).

Ainda que na percepção dos pesquisados, as respostas que envolviam diretamente a relação empresas-professores foram apontadas com menos frequência, este também é um dos pontos que consideramos emblemáticos na nova relação pedagógica que se estabelece no contexto de uma pedagogia neoliberal. Tendo em vista que para mobilizar os ideários do projeto neoliberal em todos os âmbitos da sociedade, a produção do consenso no bojo da escola, sobretudo dos professores, é um dos pilares fundamentais.

Na Polônia, Zalewka-Bujak (2023) também constata que nas últimas duas décadas tem se evidenciado políticas neoliberais de mercado e, junto a isso, é observado que a educação caminha para a necessidade de maior eficácia tendo como modelo procedimentos que são oriundos da esfera empresarial. Naquele país, os professores também foram cooptados para que as estratégias neoliberais fossem a tônica do processo pedagógico. Por meio de uma pesquisa qualitativa realizada com professores, a autora explicita que há uma necessidade, ainda que com certa resistência dos docentes, de organizar o ensino por meio da estratégia de ensinar por testes e para testes externos, preparar os alunos para competições, mas competições também entre os docentes. Essa competição é evidenciada nas narrativas dos entrevistados, gerando um clima “[...] de rivalidade no corpo docente, de mútua animosidade e antagonismo” (Zalewka-Bujak, 2023, p. 392, tradução nossa). De maneira geral, a autora indica que emerge o sentimento dos professores de estarem em constante controle e supervisão de suas atividades, mas que, com os resultados dos testes externos aos quais seus alunos são submetidos, essa situação torna-se facilmente aceita. A autora conclui que os professores não são capazes de se “[...] opor às influências das forças de matriz neoliberal que governam o espaço educacional” (Zalewka-Bujak, 2023, p. 407, tradução nossa).

As investidas em relação ao trabalho dos professores também são evidenciadas no Brasil. Libâneo (2017) destaca que no contexto do capitalismo neoliberal, a educação é uma das vias necessárias para a viabilização reprodutiva dessa lógica. Neste sentido, uma das estratégias de monitoramento da eficácia desse modelo na educação se faz pelo controle do trabalho docente por meio

de avaliações externas. Esse controle, obviamente, atinge tanto o controle das instituições escolares como dos professores, em que “[...] ocorre a transformação do professor num tarefeiro para despejar conteúdos conforme itens de testes anteriores e preparar os alunos para responder os testes do futuro” (Libâneo, 2017, p. 6). Acreditamos que, nesse contexto, ao mencionar o termo “despejo de conteúdos”, o autor refere-se não apenas a uma lógica que poderia ser compreendida como um ensino tradicional, mas que abarca, em suas próprias palavras, “[...] a hegemonia da educação pragmática utilitarista por meio de políticas imediatistas de formação de sujeitos centrada na rentabilidade econômica” (Libâneo, 2017, p. 7). O autor também destaca um dos pontos centrais para que essa hegemonia seja amplamente dissipada na sociedade, uma vez que, não apenas as investidas neoliberais se dão no âmbito das políticas públicas, do trabalho docente e do discurso da eficácia e rentabilidade, como também percebemos no contexto da pesquisa realizada na Polônia (Zalewka-Bujak, 2023). Portanto, o professor, como mencionam Shiroma *et al.* (2017, p 20, grifo nosso): “[...] está ameaçado, pressionado [...] Jargões empobrecedores apesar da aura positiva – professor polivalente, **empreendedor**, protagonista, inovador, eficaz, nota 10, empoderado [...]”, indicam, ao nosso ver, que sua subjetividade, tal como os futuros trabalhadores, “precisa adequar-se” à racionalidade empresarial.

No texto ‘Neoliberalismo, globalização, democracia: desafios para a educação’⁶ Olssen (2006) chama a atenção para o sentido da educação em uma sociedade democrática e ao papel do Estado na globalização. A defesa de seus argumentos é galgada na relação da compreensão de que a educação na globalização precisa ser tensionada e debatida a partir da percepção e defesa do Estado-nação e globalização ao invés do binário globalização ou Estado-nação. Mas, essa não é a direção tomada hegemonicamente em escala mundial, como nos lembra Laval (2019, p. 113) ao indicar que o neoliberalismo, ao contestar o papel do Estado em todas as esferas dos bens públicos e assim, “[...] não há nenhuma razão para que os benefícios que se esperam do mercado e da concorrência, em particular em relação ao desempenho, não possam ser esperados do meio escolar [...]”. Assim, observa-se que o decurso, quase que por osmose, da transmutação da escola-empresa atinge a atividade educativa, que agora pode se apresentar na forma de produtos e serviços que servem cada vez mais para legitimar a escola como uma empresa. Desta forma, ao se admitir que a escola é compreendida como uma empresa “[...] tudo que diz respeito à escola pode ser parafraseado em linguagem comercial [...] tornou-se uma **oferta** interessera da parte das organizações públicas ou privadas” (Laval, 2019, p. 124-125, grifo do autor).

Há uma naturalização que adentra sem resistência nas instituições escolares e que têm se apresentado como tendência com muitos indícios em diversos países: uma pedagogia que precisa dar cabo dos preceitos neoliberais atuais, tendo em vista uma formação da classe trabalhadora que também se perceba inserida e faça, da ideologia neoliberal, o seu propósito de vida, tanto individual como coletiva. Por isso, vulgatas como aprendizagem ao longo da vida, percursos formativos, protagonismo estudantil e empreendedorismo se tornaram os fins e objetivos da educação escolar.

⁶ No original: *Neoliberalism, globalisation, democracy: challenges for education* (Olssen, 2004).

Essa educação para o mercado, conforme compreende McCafferty (2010) tem impactos e papel decisivo na formação dos futuros trabalhadores e, por decorrência, na produção de consensos necessários. Em suas palavras: “A educação empreendedora está mais bem posicionada para desempenhar esse papel para a próxima geração [...] trabalha certamente para assegurar a aceitação geral de que [...] os propósitos morais e sociais sejam determinados conforme o que funciona para o mercado” (McCafferty, 2010, p. 552, tradução nossa). Assim, as mudanças na função social da escola, tendo em vista a relação da empresa com a educação, “[...] **estão servindo para trazer a pedagogia neoliberal**. O que está ficando claro é que incorporar os valores empresariais e envolver abertamente aos negócios, agora em relação às principais demandas do governo para criar uma mudança cultural e econômica de longo prazo [...]” (McCafferty, 2010, p. 553, tradução nossa, grifos nossos).

Fica claro, portanto, que com o crescente consenso por uma educação alinhada a ideologia de mercado, assume-se como prerrogativa que a educação também é capaz de empreender, é capaz de ser produtiva. Assim, McCafferty (2010) argumenta que aumentou muito a quantidade de empresas que tem por objetivo vender a ideia de uma educação empreendedora para as escolas e, assim como apontado por Laval (2019) no contexto francês, as investidas empresariais no sentido de tornar a educação como mercadoria também foram inseridas no contexto do Reino Unido. Portanto, há, mundialmente, um apelo para que as escolas estreitem seus laços com o mundo corporativo e que absorvam a cultura empresarial na formação das novas gerações. Esse aspecto, a nosso ver, é um dos pontos principais de uma mudança, em construção, que direciona o caminho da educação escolar, sobretudo, no Ensino Médio.

Da mesma forma como denunciado por Saviani (2013), Libâneo (2017), Laval (2019) e outros, no Reino Unido também aconteceu o movimento de conversão da educação para o viés da empresa, inicialmente, via orientações e políticas públicas, e, posteriormente, também via pedagogia neoliberal na organização dos currículos, na formação de professores e toda forma de inculcar a necessidade de que seria necessário “comprar” tudo o que estive a disposição da ideologia empresarial na educação. Conforme McCafferty (2010), apensar de apresentar, nas versões oficiais certa preocupação com o desenvolvimento de habilidades e oportunidades para os jovens, sobretudo de comunidades mais carentes, também há um produto pedagógico a ser vendido.

De modo geral, “[...] **há** esforços do governo para incorporar valores empreendedores em todo o currículo apoiado retórica e financeiramente por empresas e governos além das fronteiras políticas e nacionais” (McCafferty, 2010, p. 559, grifo e tradução nossa). Uma indicação, ainda naquele período, das tentativas governamentais de incorporação da visão de empresa no bojo da educação escolar. Para além disso, a autora destaca que é uma situação preocupante na medida em que “[...] no contexto de desenvolvimentos mais amplos, isso está trazendo à vida a possibilidade de uma ‘pedagogia neoliberal’ que precisa estar na vanguarda das análises críticas da educação e da modernização mais ampla do setor público” (McCafferty, 2010, p. 559).

Para Macrine (2019, p. 2, tradução nossa), a pedagogia “[...] desempenha um papel fundamental na transmissão de ideologias dominantes [...]”, pois na sociedade neoliberal a educação formal e informal em escala global tornou-se a grande força na produção de subjetividades, desejos e modos de identificação necessários para a legitimação e funcionamento de uma sociedade neoliberal” (Macrine, 2019, p. 2-3, tradução nossa). Nesse cenário, a inculcação da ideologia neoliberal se projeta na educação e é viabilizada por uma pedagogia projetada para os trabalhadores “[...] terem sucesso e se tornarem empreendedores e adotarem a ideologia neoliberal e retórica das liberdades individuais e da responsabilidade pessoal através da meritocracia” (Macrine, 2019, p. 4, tradução nossa). Para a autora, não haveria apenas uma, mas várias pedagogias do neoliberalismo. Mas, ainda que, em sua percepção, sabemos pouco sobre elas, “[...] as pedagogias das ideologias de livre mercado do neoliberalismo ativam uma retórica intuitiva, mas sedutora, de ‘liberdade’, ‘escolha’ e ‘empreendedorismo’ [...]” (Macrine, 2019, p. 12, tradução nossa).

Neste aspecto, discordamos com a posição na autora, pois, ainda que não haja como supor que haja uma expressão única de pedagogia neoliberal nos mais diversos contextos da sociedade globalizada, entendemos que a pedagogia neoliberal se constitui enquanto expressão global de uma racionalidade que está posta mundialmente no mundo do trabalho. O que há são expressões particulares da pedagogia neoliberal em contextos específicos e em com distintas articulações e arranjos que se apresentam no bojo na formação escolar. Desta forma, nossa defesa da compreensão de uma pedagogia neoliberal é referendada para a compreensão da particularidade do fenômeno que se expressa na totalidade do tecido social. Portanto, diz respeito à clareza das ações que, conforme aponta Laval (2019), direcionam o trabalho escolar para preocupações de competição econômica (desde os sistemas educativos, escolas e individuais) e adequação social e subjetiva necessária à nova racionalidade econômica geral.

Isso se identifica a partir de diversos fatores: a) a falácia de que, ao se melhorar a qualidade da formação dos trabalhadores se melhora a competitividade econômica; b) a busca pela padronização, controle – também denunciadas por Freitas (2014) –, descentralização e mudança da gestão educacional e, os ajustes na formação de professores com foco na produtividade e; c) o motivo principal de toda essa nova concepção de escola: a necessidade da melhoria da formação considerando uma “adequação” ao trabalho, supostamente sem aumento de gasto público, tendo em vista os ajustes necessários para uma nova configuração do capital. Os ajustes para outra configuração do capital implicam, então, em uma formação que precisa apelar para o individualismo, uma vez que, cabe ao sujeito “[...] a obrigação de sobreviver no mercado de trabalho que comanda essa pedagogização da vida” (Laval, 2019, p. 74).

Como visto, mesmo que não haja uma sistematização teórica que abarque as problemáticas impostas pelo Banco Mundial e demais OI no que se refere à compreensão dos educadores na recondução de toda a lógica formativa escolar e que estudos e pesquisas apontem a gênese de tais orientações e imposições, uma clara compreensão de que tipo de pedagogia tem se apresentado e remodelado o trabalho dos professores e a formação dos estudantes nestas duas primeiras décadas

do século XXI carece ser esclarecida. Do ponto de vista dos documentos produzidos pelos OI, há uma constante evidência em alinhar no país as necessidades mais atuais no mundo do trabalho e as incertezas de demandas com o currículo e reorganização escolar. Segundo o relatório ‘Competências e empregos: uma agenda para a juventude’ do Banco Mundial (2018, p. 9), “[...] a aquisição de competências na escola, bem como no mercado de trabalho, torna-se parte do capital humano do Brasil e determina perspectivas de produtividade e inclusão”. E complementa com a principal etapa escolar em disputa na atualidade: “O Brasil avançou significativamente na universalização do ensino fundamental e na promoção do acesso ao ensino médio, mas ainda persistem muitas **preocupações com a qualidade da educação e a relevância das competências** que os estudantes estão adquirindo” (Banco Mundial, 2018, p. 9, grifos nossos).

Um indicativo que transparece o *locus* de disputa pelo controle e inculcação ideológica do novo espírito do capitalismo: os jovens do Ensino Médio. Neste aspecto, concordamos com McCafferty (2010) ao mencionar que, uma das principais mudanças no binômio escola-emprego (que entendemos como escola-empregabilidade e escola-ocupação informal) diz respeito a uma inserção explícita dos interesses e normas empresariais na formação do futuro trabalhador. Neste aspecto, um dos ajustes necessários à manutenção do capital diz respeito a formação de um sujeito em uma racionalidade social que possa adequar as novas demandas do capitalismo, e que, como mencionam Dardot e Laval (2016, p. 330-331) seja “especialista de si mesmo, empregador de si, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo: a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição”. O sonho de uma educação socialista, tendo em vista a consciência e autoconsciência dos indivíduos, conforme destaca Mészáros (2008), é uma possibilidade história que faz parte da luta de educadores em nível mundial.

Para o atual momento, uma das lutas ainda está em refletir sobre e tensionar o papel da educação nas sociedades democráticas, ainda que também a democracia seja uma das pautas de lutas tendo em vista alguns recentes movimentos antidemocráticos como vistos no país nos últimos anos. Para Olssen (2006), em uma sociedade democrática é papel do Estado desenvolver possibilidades para que seus indivíduos possam ter oportunidades tendo em vista a inclusão das pessoas e ao desenvolvimento de suas possibilidades. Nesse sentido, as escolas, como principais instituições públicas assumem um sentido importante na medida em que são “semiautônomas” do Estado. Assim, há diversos fatores que fazem com que a educação formal se torne importante para o enfrentamento da globalização tendo em vista a democracia: a) sendo uma instituição importante para a democracia, as escolas tornam-se mediadoras entre família-Estado-economia; b) são importantes na medida em que, como organizações democráticas, se relacionam de modo particular com as comunidades e grupos minoritários, entretanto, não no modelo neoliberal de devolver à escola a gestão, administração e responsabilização dos resultados; c) ela também é responsável pela construção de normas democráticas e cívicas. Há uma preocupação do autor na defesa da educação formal como um dos pilares que sustentam os Estados-nações, a globalização e a própria construção de normas e condutas que tem impacto nos modelos econômicos. Mas, é uma defesa que, como percebido no decorrer

no nosso estudo, não faz parte do modelo neoliberal estabelecido para a educação formal. Esse é um dos desafios que a produção do conhecimento em Educação tem o papel de evidenciar e contribuir para elucidar o complexo fenômeno educativo na teia das relações neoliberais na atualidade.

No âmbito de uma formação escolar, tal qual estamos apresentando e denunciando, há uma norma subjetiva se estabelece a partir da pedagogia neoliberal em que a instabilidade e os momentos de crise das relações de trabalho e da sociedade em geral orientam a formação/educação. Torna-se imperativo que se incorpore nas propostas curriculares, por exemplo, a categoria das competências socioemocionais como mecanismo de equalização da conduta dos sujeitos para esta sociedade que é movida por sentimentos de ansiedade, medo, incertezas e outros. Baseados nesse contexto, compreendemos que a pedagogia neoliberal se constitui em um amplo cenário que se consolida a partir das primeiras décadas deste século e tem se apresentado em nível mundial com evidentemente certas diferenças.

O debate sobre o neoliberalismo, sobretudo em sua face mais evidente na atualidade, qual seja, a referência a ser seguida em todas as esferas sociais da forma-empresarial, é bastante consistente no cenário internacional, embora pouco evidenciada no âmbito educacional. Ainda que haja muitas discussões sobre o termo neoliberalismo, nossa crítica recai sobre o perigo em transformar esse debate em um *slogan* muito difundido, mas pouco refletido e debatido. É essa relação do modelo empresarial da educação que nos propomos a identificar e que compõe, ainda que não seja um cenário fechado, um modelo de formação escolar que se impõe no cenário brasileiro e que, em nosso entendimento, representa uma tendência pedagógica que se evidencia com mais intensidade nas últimas décadas.

A PEDAGOGIA NEOLIBERAL COMO TENDÊNCIA NO CENÁRIO BRASILEIRO

A base da pedagogia neoliberal, conforme expomos, é constituinte de um sujeito “empreendedor de si” que se articula com a necessidade de o futuro trabalhador munir-se de competências que vão para além das competências profissionais, em que se exige do trabalhador gerenciar suas competências socioemocionais para lidar com as demandas da atividade laboral, mas, sobretudo, para ter condições de se autogerenciar em um contexto com resultados e responsabilidades individuais. Por decorrência, a pedagogia das competências deste início de século é de outro patamar daquela do final do século passado, uma vez que a mobilização dos conceitos competências e habilidades são agora, apenas focados em nível individual, descaracterizando-se a luta pelo coletivo, uma vez que o objetivo é a formação da subjetividade do sujeito-empresa. Portanto, trata-se de aquisição de competências, como menciona Laval (2019, p. 81) para: “A partir do momento que a ‘competência profissional’ não se resume aos conhecimentos escolares, mas depende de ‘valores comportamentais’ e ‘capacidade de ação’, a escola é obrigada a adaptar os alunos aos comportamentos profissionais que serão exigidos deles mais tarde”. Nestes termos, podemos compreender que se trata de

uma necessidade de transmutação de competências e habilidades de questões técnicas do saber para que o aluno e futuro trabalhador seja capaz de adquirir competências socioemocionais, que poderíamos então, nomear de pedagogia das competências socioemocionais, que se articulam com as competências técnicas e cognitivas.

Há, portanto, outro ‘salto qualitativo’ quando se espera introjetar competências socioemocionais, via educação formal, na formação do sujeito do século XXI e que deve naturalizar a crise como condição permanente. Neste aspecto, destacamos que tal fenômeno já se torna perceptível não apenas tendo em vista a formação dos jovens, mas, sobretudo desde a primeira infância, como podemos observar no relatório da OCDE ‘Estudos da OCDE sobre competências: competências para o progresso social: o poder das competências socioemocionais’, publicado em 2015. Conforme o relatório: “Competências socioemocionais são relativamente maleáveis entre a primeira infância e a adolescência” (OCDE, 2015, p. 14).

Ao nosso ver, será possível perceber, em pouco tempo, uma enxurrada de pseudo-produções, materiais didáticos, *coaches* e formações continuadas que se atentarão para essa demanda na educação. Por isso, quando indicamos pedagogia das competências socioemocionais é preciso destacar que, em tempos de micronarrativas, também se traduz em uma pedagogia de matriz pós-moderna ao estabelecer e conceituar rasteiramente facetas e microcenários do fenômeno total que apresentamos como pedagogia neoliberal. Desta forma, não seria improvável que surja mais uma suposta modalidade explicativa a ser apresentada como denúncia de pesquisadores em educação.

Conforme relatório do Banco Mundial (2018) sobre competências e empregos, a aquisição de competências é fundamental para assegurar que os jovens que ingressem no mercado de trabalho possam estar preparados para as demandas dos empregadores. Essas competências socioemocionais, “[...] são aprendidas durante as interações sociais e interpessoais, bem como com as estruturas sociais [...] podem incluir consciência de si, competências relacionais e conversacionais” (Banco Mundial, 2018, p. 10). Isso requer, capacidade de decisão, autocontrole e comunicação. Nessa direção, as competências socioemocionais têm por objetivo moldar os futuros trabalhadores—apesar de cenários de incertezas e exacerbação do individualismo -, a comportarem-se no coletivo tendo em vista a ‘harmonia social’ necessária para a continuidade do capital.

No binômio desemprego-crescimento econômico, o empreendedorismo “[...] se assume não apenas como resposta socioeconômica para as realidades individuais, mas igualmente, como parte dos problemas nas discussões sobre crescimento sustentável das economias” (Almeida *et al.*, 2013, p. 36). Sendo assim, a figura do “eu-empendedor”, pressuposto da pedagogia neoliberal, surge como necessidade formativa. O “eu-empendedor” é uma modulação que “[...] apresenta uma dinâmica própria, obviamente, na área de onde provém: o mundo das empresas” (Bröckling, 2015, p. 15, tradução nossa). Nesse cenário, o autor pontua que os conceitos contemporâneos que estão em evidência no mundo da gestão, e que também é observado nas instituições escolares, forçam “[...] todos os trabalhadores a agir de forma empreendedora e do tipo de estratégia, empoderamento e

flexibilidade que eles devem se mobilizar para isso” (Bröckling, 2015, p. 16, tradução nossa). Nesse cenário, essa demanda necessária do mundo do trabalho deste início de século também se impõe para a formação das subjetividades necessárias aos estudantes, sobretudo na etapa do Ensino Médio.

A educação para o empreendedorismo se constitui como pré-requisito para que o futuro trabalhador também possa naturalizar o mundo dos negócios, seus mecanismos, símbolos e significados e assim, ser ele próprio capaz de se autogerenciar, se auto responsabilizar e ajustar-se as demandas cada vez mais performáticas que levam em conta a competição entre os trabalhadores. Como menciona Coan (2014, p. 165): “Mais do que mero modismo, a educação para o empreendedorismo é uma proposta organicamente articulada ao projeto histórico do capital, que opera para naturalizar a necessidade do indivíduo, posto como responsável pela produção de sua existência [...]”.

Uma das principais finalidades da educação empreendedora é a produção de conformismos individuais para o nível coletivo, em todas as franjas sociais. A educação para o empreendedorismo comprova que as reflexões sobre o eu-empreendedor revestem-se de características a-históricas. É justamente nessas características a-históricas e revestidas de suporte para que os empreendedores possam realizar seus sonhos em harmonia e contribuindo para o bem-estar social que a formação escolar do eu-empreendedor tem se evidenciado. Para isso, toda uma lógica de organização do trabalho pedagógico precisou ser ajustada. Inicialmente, por meio de políticas públicas que inculcaram a necessidade de uma educação galgada em modelos de controle e comparação de resultados. Assim, as tecnologias gerenciais que, conforme Mueller (2013, p. 739), e seus conceitos centrais como “[...] liderança participativa, motivação, trabalho em equipe, desenvolvimento e aperfeiçoamento de competências e habilidades, ou seja, o controle sobre o trabalho cooperado no interior das organizações [...]” adentraram no cenário educativo.

Inicialmente, para ajustar a lógica educativa em nível de gestão das escolas, do ranqueamento, controle do trabalho pedagógico via avaliações em larga escala e que incidem, conforme exposto por Freitas (2014), em dois núcleos: objetivos/avaliação, em que há diretamente o papel dos reformadores empresariais e das orientações das OM, incidindo diretamente no controle e padronização da cultura escolar, o que tem impacto direto no segundo núcleo, qual seja, os conteúdos e métodos. Isso impacta duas situações: a formação de professores e a disputa pela organização curricular.

A formação de professores, como exposto, é um dos pilares fundamentais para a inculcação desse novo sujeito, o sujeito, performático e autogestor de si. Deste modo, é necessário que essa discussão também perpassa pela subjetividade dos docentes tendo em vista uma necessária postura, comportamento e visão destes com o mundo da gestão. Assim, conforme Coan (2014, p. 143): “A educação para o empreendedorismo torna necessária a formação de professores.” A pedagogia neoliberal brasileira endossa um currículo individual, na medida em que cada escola desenvolve sua proposta pedagógica específica, com viés muito particular, exacerbando o que chamaremos de currículo *self-service*, que atende aos interesses individuais da sua clientela. Essa visão de adminis-

tração “[...] se integraria aos currículos com mais naturalidade e isso faria os estudantes se tornarem profissionais competentes” (Coan, 2014, p. 143).

A ideia do currículo *self-service*, assim como os demais conceitos da pedagogia neoliberal, se articula com as novas demandas do mundo do trabalho, uma vez que ao estabelecer um currículo desconectado da totalidade social e, ao mesmo tempo, se organiza a partir de um pseudo-protagonismo do estudante, também incute sobre as necessárias competências socioemocionais que implicitamente são requisitas para a terceirização e precarização do trabalho, mais recentemente, via plataformas digitais.

Conforme Coan (2014), o apelo a uma educação empreendedora é uma realidade em diversos países e continentes. Por isso, o que expomos como nossa compreensão da educação empreendedora é a expressão de um projeto educativo que implica em ajustes como citamos em diversas frentes: a construção de uma subjetividade para atender às novas demandas do mundo do trabalho; a necessidade de uma formação que atenda as metamorfoses das competências e da aprendizagem flexível; a necessária inculcação nos estudantes do comportamento do “eu-empresendedor”, tendo em vista sua adequação ao novo modelo de comportamento esperado para a classe trabalhadora; a educação empreendedora, com todos os mecanismos com que fazem com que, pouco importa a finalidade da educação, mas, seu objeto, tendo em vista que, ao fim e a cabo, a educação para o empreendedorismo não é o objetivo-fim. O que está em jogo é “[...] o valor de troca que essa proposição apresenta como mercadoria no cômputo de todas as outras que se oferecem na educação e que precisam de forte apelo como valor de uso para se legitimarem” (Coan, 2014, p. 165).

O que denunciemos com essas elaborações é que a pedagogia neoliberal forma um sujeito plenamente adequado ao processo de naturalização de crises enquanto um estado permanente da sociedade contemporânea. Sociedade esta que é permeada por um cenário incerto do mundo do trabalho, dominado por algoritmos, tecnologias digitais, micro tarefas e inteligência artificial, produzindo cada vez mais trabalhadores invisíveis que precisam se autogerenciar e empreender na crise estrutural do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desse estudo foi trazer ao debate nossa compreensão de que na atualidade há uma necessidade de formação não apenas relacional (Estado-Empresa), mas alicerçada na formação-empresa que se tornou a constituição objetiva e subjetiva dos sujeitos, impondo à escola a formação de sujeitos autogestores e empreendedores de si. Analisamos a constituição, no cenário mundial, da pedagogia neoliberal que serve à racionalidade empresarial na formação escolar. Por certo, não é tarefa simples apreender os fenômenos sociais, sobretudo quando estes ainda estão em seu movimento de constituição e consolidação. Nesse cenário, a pedagogia neoliberal e suas diferentes facetas carecem de estudos, debates além de serem compreendidas na contínua ascensão do neoliberalismo atual.

O debate sobre a compreensão pedagógica desse fenômeno no âmbito do trabalho escolar ainda se apresenta limitado. Ao nosso ver, há uma pedagogia neoliberal que se expressa em certos contextos específicos que dificultam a compreensão totalizante desse fenômeno. A necessidade de compreensão nessa nova categoria analítica no campo teórico-prático educacional se apresenta na medida em que se possa elucidar aos educadores brasileiros o movimento constituinte de uma pedagogia aliada aos preceitos atuais do neoliberalismo e, deste modo, oportunizar novos debates em torno de uma concepção de formação que categoricamente expõem a classe trabalhadora aos mais cruéis mecanismos de exclusão de postos de trabalho mas que exigem do trabalhador ‘resiliência’, ‘competência socioemocional’ e ‘atitude empreendedora’.

Nossa contribuição para o debate, a partir da categoria pedagogia neoliberal, diz respeito a compreensão ampla do cenário macro educacional inserido na economia neoliberal das primeiras décadas do século XXI e que, acreditamos, ser uma tendência que vem se concretizando no país. Inicialmente, no âmbito das políticas públicas educacionais, sobretudo no controle pedagógico da escola. Esse controle diz respeito tanto aos mecanismos de gestão escolar, galgados nas tecnologias gerenciais como ao trabalho docente, ambos submetidos a rankings internacionais, como também a avaliações externas nacionais.

Entendemos que está em movimento a consolidação da racionalidade neoliberal na educação na medida em que está em curso uma concepção pedagógica que se articula com os preceitos necessários para a formação de uma nova subjetividade do futuro trabalhador e que tal subjetividade deve ser formada no contexto das escolas. Por isso, na categoria pedagogia neoliberal há múltiplas facetas que se articulam e se retroalimentam em torno dessa finalidade formativa, tais como expusemos anteriormente. Mas, se esse cenário já está em curso, é preciso entender como ele se apresenta nas instituições escolares, sobretudo no que diz respeito a condução do trabalho pedagógico tendo em vista a formação do eu-empendedor. Ou seja, como a instituição escola, ainda que implícita e inconscientemente, coloca em movimento a ideologia do sujeito empreendedor ainda no percurso formativo da Educação Básica e, de certa forma, se cabe a única e exclusivamente a ele a responsabilização pelo sucesso ou fracasso do futuro trabalhador. Questões essas ainda estão em aberto no amplo espectro do fenômeno aqui apresentado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Joana Gomes de; SANTOS, Eduardo J. R.; ALBUQUERQUE, Cristina Pinto; FERREIRA, Joaquim Armando. Desemprego e empreendedorismo: da ambiguidade da relação conceitual à eficácia das práticas de intervenção social. **Plural: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo**, v. 20, n. 1, p. 31-56, jan. 2013. Semestral. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/69562>. Acesso em: 04 dez. 2023.

BANCO MUNDIAL. **Competências e empregos: uma agenda para a juventude**. Síntese de constatações, conclusões e recomendações de políticas. [2018]. Disponível em: <https://>

documents1.worldbank.org/curated/en/953891520403854615/pdf/123968-WP-PUBLIC-PORTUGUESE-P156683-CompetenciaseEmpregosUmaAgendaparaaJuventude.pdf. Acesso em: 02 set. 2023.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2019: A Natureza Mutável do Trabalho – visão geral.** [2019]. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/30435/211328ovPT.pdf?sequence=48&isAllowed=y>. Acesso em: 15 fev. 2024.

BRÖCKLING, Ulrich. **The entrepreneurial: fabricating a new type of subject.** London, UK: Sage, 2016.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. **O novo espírito do capitalismo.** São Paulo: Martins Fontes, 2009.

COAN, Marival. Educação para o empreendedorismo como slogan do capital. *In*: EVANGELISTA, Olinda (Org.). **O que revelam os slogans na política educacional.** Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2014, p. 141-172.

CONFEDERATION OF BRITISH INDUSTRY. **Getting Young people ‘work ready’:** Our vision for how education should prepare Young people for the modern world. London, UK, 2019. Disponível em <https://www.enlutc.co.uk/wp-content/uploads/2019/07/CBI-Getting-young-people-work-ready-report.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e Marxismo: Revista do NIEP-Marx**, Niterói, v. 5, n. 8, p. 45-67, 02 jun. 2017. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/issue/view/9>. Acesso em: 07 mar. 2024.

FREITAS, Luiz Carlos. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out/dez, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v35n129/0101-7330-es-35-129-01085.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2024.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. Prefácio. *In*: EVANGELISTA, Olinda; SEKI, Allan Kenji. **Formação de professores no Brasil: leituras a contrapelo.** Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2017, p. 5-9.

MACRINE, Scheila L. Pedagogies of Neoliberalism. *In*: SPRINGER, Simon; BIRCH, Kean; MACLEAVY, Julie (Orgs.). **The handbook of neoliberalism.** New York, NY: Routledge, 2019,

p. 2-25.

MCCAFFERTY, Patricia. Forging a ‘neoliberal pedagogy’: the ‘enterprising education’ agenda in schools. **Critical Social Policy**, London, v. 30, n. 4, p. 541-563, 2010. Disponível em: https://www.sagepub.com/sites/default/files/upm-binaries/52409_Forging_a_neoliberal_pedagogy___The_enterprising_education_agenda_in_schools.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

MULLER, Rafael Rodrigo. Tecnologias gerenciais, educação e capital. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 54, p. 739-760, jul. – set., 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/275/27528783011.pdf>. Acesso em: 24 set. 2021.

MUELLER, Rafael Rodrigo. **Racionalidade para racionalização**: a gestão da produção e da força de trabalho enquanto tecnologia capitalista. 2010. Tese (Doutorado)–Programa De Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/93607/285732.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 fev. 2024.

OLSEN, Mark. Understanding the mechanisms of neoliberal control: lifelong learning, Flexibility and knowledge capitalism. **Journal of Education Policy**, Reino Unido, v. 25, n.3, 213-230, maio/jun, 2006. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02601370600697045>. Acesso em: 24 fev. 2024.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Estudos da OCDE sobre competências**: competências para o progresso social: o poder das competências socioemocionais. São Paulo: Fundação Santillana, 2015. Disponível em: https://read.oecd-ilibrary.org/education/skills-for-social-progress_9789264249837-pt#page1. Acesso em: 01 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. **Criação de emprego e desenvolvimento económico local 2018**: Preparando para o Futuro do trabalho. [2018]. Disponível em: https://www.oecd.org/cfe/leed/PORT_LEED-Flagship-Policy-Highlights.pdf. Acesso em: 06 jan. 2024.

ROTHMAN, Sheldon. **What Do Schools Want from Engagement with Business?** Australian Council for Educational Research (ACER), 2019. Disponível em: https://research.acer.edu.au/policy_analysis_misc/30. Acesso em: 20 mar. 2024.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SHIROMA, Eneida Oto; MICHELS; Maria Helena; EVANGELISTA, Olinda; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. A tragédia docente e suas facetas. *In*: EVANGELISTA, Olinda; SEKI, Allan Kenji (Org.). **Formação de professores no Brasil**: leituras a contrapelo. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2017, p. 17-58.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Relatório da Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação 2022**: Reimaginar nossos

futuros juntos: um novo contrato social para a educação. Brasília: Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, UNESCO; Boadiladel Monte: Fundación SM, 2022. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381115>. Acesso em: 12 dez. 2023.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Relatório de Monitoramento Global da Educação 2023 (resumo)**: A tecnologia na educação: uma ferramenta a serviço de quem? Paris, Unesco, 2023. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386147_por. Acesso em: 24 jul. 2023.

ZALEWSKA-BUJAK, Malgorzata. Teachers' strategies for professional activities in the conditions of neoliberal educational reality. **Journal for Critical Education Policy Studies (JCEPS)**, n. 3, v. 20, p. 381-410, jan. 2023.

COMO CITAR — APA

Debiasi, M. C., & Mueller, R. R. (2024). A emergência da Pedagogia Neoliberal: entremeios na educação brasileira. *PARADIGMA*, XLV (Edición Temática 1), e2024002. <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2024.e2024002.id1547>.

COMO CITAR — ABNT

DEBIASI, Miryan Cruz; MUELLER, Rafael Rodrigo. A emergência da Pedagogia Neoliberal: entremeios na educação brasileira. *PARADIGMA*, Maracay, v. XLV, Edición Temática, n. 1, e2024002, Set., 2024. <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2024.e2024002.id1547>.